

Construction politique et sociale des Territoires

Cahier n°4 - octobre 2015

La Mouraria à Lisbonne : les usages du patrimoine et de la mémoire dans les quartiers populaires centraux

**Revitalizar como e para quem no contexto das
intervenções territoriais na cidade interior – o estudo de
caso da Mouraria**

Madalena CORTE-REAL



Revitalizar como e para quem no contexto das intervenções territoriais na cidade interior – o estudo de caso da Mouraria

Madalena CORTE-REAL

CICS.NOVA - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

O presente trabalho integra-se na tese de doutoramento em Estudos Urbanos com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) com a referência SFRH/BD/75760/2011

Resumo : *O presente artigo pretende apresentar uma reflexão sobre a visão relativamente aos bairros antigos tendo em conta as tendências verificadas na Europa desde a década de 80.*

No âmbito das transformações sociais cada vez mais marcadas por processos de mudanças globais com consequências locais, o presente paradigma nas políticas urbanas tende a priorizar uma visão concertada ao nível territorial. Neste sentido, através de um trabalho em parceria, este modelo pretende potenciar, estrategicamente, a competitividade das cidades e o desenvolvimento socioeconómico de territórios que são alvo de intervenção, ao apoiar iniciativas empreendedoras, melhorar o espaço público, dinamizar o mercado de habitação, atrair investimento assim como ao promover novos espaços de lazer e de consumo. Estas abordagens incidem sobre territórios enquanto bens valorativos, onde se exploram novas potencialidades tendo por base políticas culturais que elevem esteticamente a paisagem e recriem uma identidade simbólica local.

Tomando como estudo de caso o bairro da Mouraria em Lisboa e tendo em conta a dicotomia de um território cada vez mais plural e heterogéneo será feita uma reflexão de toda esta conjugação.

Conceitos: Revitalização, reabilitação, competitividade, território, cultura

Résumé : *Cet article a pour ambition de présenter une réflexion sur la vision concernant les quartiers anciens en prenant en compte les tendances vérifiées en Europe depuis les années 1980.*

Dans le cadre des transformations sociales de plus en plus marquées par les processus de changement global, avec des conséquences locales, l'actuel paradigme dans les politiques urbaines tend à donner la priorité à une vision concertée dans les territoires concernés. En ce sens, en mettant l'accent sur le partenariat, ce modèle prétend mettre en avant la compétitivité des villes et le développement socioéconomique de territoires ; mais aussi à appuyer des initiatives entrepreneuriales, à améliorer l'espace public, à dynamiser le marché de l'habitat, à attirer des investissements, tout comme à promouvoir des nouveaux espaces de loisirs et de consommation. Ces approches se concentrent sur des territoires considérés comme des biens de valeur, où de nouvelles potentialités sont explorées, à partir de politiques culturelles qui élèvent esthétiquement le paysage et recréent une identité symbolique locale.

A partir de l'étude de cas du quartier de la Mouraria, à Lisbonne, et prenant en compte la dichotomie d'un territoire chaque fois plus pluriel et hétérogène, nous mènerons une réflexion sur toute cette conjugaison.

Concepts : Revitalisation, réhabilitation, compétitivité, territoire, culture.

Introdução

Este artigo visa contribuir para a reflexão sobre os processos de revitalização na cidade interior tomando como estudo de caso a Mouraria em Lisboa, onde diferentes grupos concorrem para a ocupação do espaço. O território é marcado pela presença de populações com diferentes histórias, culturas e origens socioeconómicas, um conjunto de narrativas distintas que reflectem as forças externas do contexto global.

O conceito de revitalização urbana tem surgido ao nível do planeamento urbano e assenta numa intervenção globalizante que:

“desenvolve estratégias e promove um processo com carácter inclusivo e integrador, capaz de provocar iniciativas, projectos e actuações – de carácter transversal e sectorial, sendo um instrumento de gestão colectiva do território com capacidade para utilizar, como recursos próprios, programas urbanos muito diferenciados, de cariz mais social, económico ou cultural”

(Moura, Guerra, Seixas & Freitas, 2006, 1)

Esta definição é aqui utilizada não porque seja empregue nos programas promovidos pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), nem porque se considere o termo particularmente adequado (uma vez que sugere uma necessidade de fazer renascer algo que estava moribundo ou decadente e nesse sentido parece uma expressão bastante pejorativa) mas porque é um conceito que designa um processo abrangente adaptado a um dado território, aproveitando diversas sinergias e tendo em conta diferentes dimensões, pressupostos que se aplicam à intervenção em análise.

O território fica situado no centro histórico da cidade de Lisboa, desce a encosta norte do Castelo e estende-se até à Praça do Martim Moniz. A delimitação física do objecto de estudo refere-se à área que foi considerada no âmbito dos dois programas de intervenção implementados e que está em conformidade com o definido no Regulamento do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria publicado no Diário da República (DR), 2ª série, nº 239 de 15 de Outubro de 1997 de acordo com o Plano Director Municipal.

Em termos de dinâmicas sociais, a Mouraria recebeu, no passado, pessoas de áreas rurais que vieram para Lisboa trabalhar, tem sido local de passagem de grupos socialmente marginalizados e, especialmente nas últimas duas décadas, tem atraído população imigrante que imprime uma multiculturalidade que passou a identificar a zona. Finalmente de mencionar a presença de novos habitantes, por vezes apelidados de «imigrantes invisíveis» (Champion, 2001), profissionais e estudantes que permanecem por um período de tempo mais curto e no qual as mudanças na economia e no mercado de trabalho evidenciam consequências profundas no seu modo de vida.

Tendo presente acções desencadeadas em zonas com potenciais activos propensos a elevar uma certa delimitação espacializada na hierarquia territorial, este artigo tem como objectivo apresentar uma reflexão sobre o desenvolvimento destas estratégias políticas urbanas. Pretende-se analisar a forma como um bairro no centro da cidade foi abordado nas últimas décadas face a transformações globais que redefiniram abordagens no panorama da gestão local e os pressupostos subjacentes na intervenção junto destes contextos.

Neste sentido, foram consideradas políticas urbanas e analisados relatórios, princípios e orientações emitidos, a diferentes níveis, em torno de medidas de reabilitação e revitalização em territórios centrais alvo de exclusão social. Do ponto de vista teórico, o foco recai sobre as transformações da gestão urbana, considerando uma abordagem mais empresarial. Pretende-se focalizar a análise no estudo de caso da Mouraria cuja delimitação considerada no âmbito da intervenção ultrapassa aquilo que é considerado como pertencendo ao bairro, não obstante essa demarcação mais reduzida também não ser consensual (Menezes, 2004). O estudo incide na observação directa que ocorre de forma regular desde o segundo semestre de 2011 no sentido de acompanhar o processo de intervenção incluindo a participação nas diferentes actividades assim como o contacto com os vários actores, técnicos municipais, dirigentes de colectividades e associações, moradores e comerciantes. Complementarmente consideram-se dados quantitativos de diferentes instituições e artigos de imprensa.

No Sentido de uma Abordagem Focalizada e Multi-direccionada

Analisar a forma como a cidade se pretende planeada pelos decisores significa ter presente o contexto histórico tendo em conta variáveis predominantes que se encontram interligadas. Assim, enquanto na cidade moderna o planeamento estava focado em intervenções de grande escala, promovendo a expansão das áreas metropolitanas e ordenada de acordo com uma estrutura funcionalista, prevalece, atualmente, na Europa ocidental, uma maior preocupação em medidas localizadas onde a paisagem reflete novas realidades demográficas, diferentes estilos de vida e hábitos de consumo que moldam o desenvolvimento urbano.

No âmbito do aumento da competição no contexto internacional e da reestruturação económica, do desemprego, da necessidade de revitalizar zonas degradadas e obsoletas da cidade desencadeou-se uma tentativa, por parte do poder local, em assumir um papel mais proactivo com novas tendências assentes em medidas empreendedoras tendo em conta a preocupação em atrair investimento e capital humano (Harvey, 1989; Hall & Hubbard, 1996; Jessop, 2000; Mayer, 1991). Com a crescente importância do turismo, consumo e lazer na economia, as cidades têm vindo a publicitar os seus ativos locais e a aumentar despesas em atividades e equipamentos culturais com vista à promoção da imagem da cidade no panorama global (Zukin, 1982, 1995, 2010).

No que diz respeito às transformações ocorridas nas últimas décadas, tendo em conta intervenções em áreas socialmente carenciadas e fisicamente degradadas, as intervenções sociais distributivas anteriores são cada vez mais postas em causa quanto à sua eficácia por parte dos diferentes níveis políticos e medidas sociais tendem a ser submetidas à nova realidade económica (Jewson & MacGregor, 1997; Mayer, 1991; Short & Kim, 1999). A melhoria das redes ou do capital social entre os diferentes grupos, um maior envolvimento cívico e de parceiros privados, nomeadamente do terceiro sector, e a capacitação da comunidade,

são agora vistas como palavras de ordem para atender a tais realidades urbanas. Defende-se a necessidade do território se abrir ao exterior e a entrada de investimento privado, designadamente ao nível do sector imobiliário, passa a ser incentivado em nome de um Estado ativante, capaz de transformar os contextos adversos (Güntner & Walther, 2013; Mayer, 1991, 2007; Peck & Tickel, 2002).

Relativamente a bairros da cidade interior inseridos frequentemente nas denominadas zonas históricas (poder-se-ia questionar o que é e quando passa a estatuto de zona histórica), após um período de desatenção que se estendeu, temporalmente, de forma diferente nos vários países, foi-se assistindo a um interesse em reabilitá-los, tendo em conta, numa primeira fase, o património, a identidade cultural e a qualidade de vida dos moradores locais assente num forte financiamento por parte do Estado no apoio às intervenções no edificado. Esta viragem baseou-se no crescente reconhecimento, que se iniciou nas décadas de 60 e 70 por parte de teóricos e movimentos sociais, das qualidades urbanas dos edifícios que estavam a ser demolidos e na importância em manter quarteirões multifuncionais, nomeadamente o comércio local e o espaço público, para a interacção social aglutinando assim, uma preocupação estética e social.

Paralelamente avança-se no sentido fim de uma era nas sociedades mais avançadas, marcada por um crescimento contínuo, uma situação próxima do pleno emprego e em que o Estado-Providência intervinha de uma forma reguladora e distributiva procurando atenuar as desigualdades sociais. Güntner & Walther (2013) sublinham profundas mudanças no contexto urbano com o crescente processo de globalização, nomeadamente ao nível do mercado de trabalho e de habitação, bem como no aumento de imigração. Com os centros industriais da Grã-Bretanha e França a serem os primeiros atingidos pela crise social e económica, seguiram-se as principais cidades da Europa Ocidental. Os autores referem que face a este cenário, a administração local de muitas cidades começou, na década de 1980, a priorizar estratégias empresariais nas suas políticas urbanas preocupadas com o desenvolvimento económico em detrimento

de investimentos públicos e prestação de apoios sociais. Neste contexto, e para fazer face aos novos desafios, os países, por sua vez, têm vindo a recorrer cada vez mais a arranjos inter-Estados, intensificando a sua participação em organizações internacionais interagindo com novos actores estratégicos, globais ou supranacionais (Kazepov, 2005; Kearns & Paddison, 2000).

Harvey (1989) salienta grandes mudanças das relações sociais capitalistas e acumulação da rigidez fordista para a acumulação flexível. O período do pós-fordismo está associado a uma intensificação da interacção a um nível global, considerando o capital e a mobilidade humana. A produção passa a estar cada vez mais dominada por mercados financeiros e empresas multinacionais (em que o trabalho é marcado por uma maior flexibilização, uma intensificação de fusões entre grupos económicos com vista à maior competitividade e uma constante deslocalização para locais com mão-de-obra mais barata). Os novos modelos de ordem económica representam uma mudança significativa fora das estruturas massificadas de produção e dos mercados de trabalho rígidos que caracterizam o fordismo. Estes aspectos levantam novos desafios ao nível das políticas urbanas tendo em conta a necessidade da cidade se redefinir e encontrar novos rumos no panorama da competitividade internacional.

Em suma, vive-se numa época de profundas transformações sociais, económicas, culturais e políticas, com reflexos evidentes na definição de espaços funcionais e de espaços de identidade ao nível global, nacional, regional e local.

O desenvolvimento tecnológico vem permitir uma rápida circulação de informação, bens, serviços e pessoas. Os espaços de fluxos nas dinâmicas urbanas e territoriais da sociedade de informação e do conhecimento (Castells, 2002) provocam dinâmicas em constante mutação no mundo globalizante. O indivíduo, na Sociedade de Risco (Beck, 1992) desprende-se cada vez mais das estruturas como carreira, classe social, família e género para formas mais instáveis, fragmentadas, flexíveis e lógicas não padronizadas.

Neste contexto, os anos 80 marcam uma crescente reflexão em torno do planeamento urbano, a nível internacional, na sequência de problemas relacionados com a decadência física de alguns territórios, a desigualdade, os problemas ambientais e perda de identidades culturais locais.

Novos desafios colocam-se ao nível do planeamento urbano tanto em termos interdisciplinares como em termos de envolvimento de actores:

"... a tradição tecnocrática do ordenamento do território ou do planeamento urbanístico, baseada na concentração de poderes, na confiança, na capacidade de previsão e na visão homogeneizada da sociedade-alvo, dá necessariamente lugar a processos de cooperação, de compatibilização, de auscultação e mediação, de assunção da incerteza e consequente aceitação da adaptatividade, ou seja, de graus variáveis de regulação adequados aos níveis de conhecimento e consenso"

(Portas, Domingues & Cabral, 2003, 18).

Uma crescente perspectiva integradora implica conceber novas formas de planear o contexto urbano através da participação dos cidadãos incluindo a intenção em envolver aqueles que se mantêm mais à margem dos processos¹.

O conceito de sustentabilidade (*World Commission on Environment and Development [Brundtland] Report, 1987*), assente na satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades, vem colocar a tónica na qualidade de vida e como esta pode ser melhorada nas comunidades tendo em conta uma perspectiva abrangente, no contexto de sistemas ambientais, sociais e económicos de âmbito local e global.

No panorama europeu, no final dos anos 90, num contexto em que 80% da população vive em cidades implica ter, em linha de conta, por parte da União Europeia, que a sua política tem essencialmente repercussões em contextos urbanos e, consequentemente, a premência de explicitamente resolver os

¹ Como é referido na Recommendation (81) 18 of the Committee of Ministers to member states concerning participation at municipal level.

problemas de desenvolvimento urbano. As cidades passam a ser vistas, cada vez mais, como motores, considerando a produtividade e a competitividade, mas também onde os problemas mais críticos têm que ser combatidos, designadamente as questões ambientais e de exclusão social (Comissão Europeia, 1998).

A *Urban Audit*² vem evidenciar que embora o PIB na maioria das cidades seja maior do que a média nacional é igualmente aí que os problemas sociais estão mais concentrados. Nas cidades auscultadas verifica-se, tendencialmente, uma proporção maior de população idosa quando comparada com os dados nacionais assim como uma percentagem menor do número de jovens. É identificada ainda uma maior polarização territorial, um aumento de poluição provocada pelo tráfego automóvel e uma maior taxa de criminalidade. Destacam-se igualmente alterações nas dinâmicas sociais com o acréscimo de população estrangeira, um aumento de famílias unipessoais e monoparentais, uma proporção crescente de mulheres no mercado de trabalho e uma quebra no sector da indústria parcialmente compensada por mais empregos no sector de serviços (European Commission, 2000).

Emerge assim, nesta altura, uma maior preocupação em torno de territórios de exclusão onde a população continua à margem do desenvolvimento socioeconómico da cidade e para os quais se impõe a necessidade de implementar programas de políticas sociais aplicadas espacialmente.

Ao mesmo tempo, no âmbito da concorrência internacional das cidades, torna-se cada vez mais importante promover paisagens urbanas que contribuam para a atractividade da cidade e da região e neste sentido a descoberta da cultura como importante incitador de revitalização, desenvolvimento e mudança. Cultura ganha assim um novo sentido na relação com economia e consumo (Bianchini, 1993; Featherstone, 1991; Zukin, 1995).

Através de políticas culturais, espera-

² Aplicada em 58 cidades de 15 Estados-Membros entre 1998 e 1999, com o objectivo de recolher dados sobre as condições de vida urbana na Europa

se tornar certas áreas atraentes de forma a chamar investimento, população qualificada e turismo, uma actividade cada vez mais em expansão. O desenvolvimento do marketing territorial, no âmbito da construção de uma imagem, passa a ser uma questão preponderante tendo em conta a preocupação em divulgar o processo, alegando transparência e de forma a captar o investimento privado³.

Miles & Miles sublinham a importância de estratégias de marketing para criar uma representação positiva em torno de uma cidade, sendo essa percepção essencial para atrair investimento estrangeiro (2004). O poder local segue uma posição mais pró-ativa, a fim de destacar a cidade no cenário internacional.

O Estado e o poder local, que se vão apresentando cada vez mais como sendo incapazes de financiar a reabilitação, promovem o investimento privado. À semelhança de outras transferências por parte da autarquia, as funções específicas de prestação de serviços sociais passam igualmente a estar cada vez mais nas mãos de diversas associações e iniciativas privadas que complementam ou substituem as funções públicas tradicionais (Mayer, 1991).

Implementam-se políticas transversais que resultam em iniciativas de revitalização urbana com vista ao desenvolvimento territorial devendo promover as suas características culturais e apoiar iniciativas empreendedoras. Ao mesmo tempo têm como objectivo integrar preocupações, nos bairros desfavorecidos, na melhoria das condições socioeconómicas da população local. O processo assenta numa acção compartilhada envolvendo o sector público de forma multisectorial, horizontal e vertical, com destaque para a liderança do governo local, assim como vários parceiros privados, nomeadamente investidores e terceiro sector, tudo num pretensão espírito de cooperação e abertura das políticas urbanas à sociedade civil.

Movimentos cívicos, ao invés de serem opositores e críticos, passam a ser parte integrante de um projecto. Como refere

³ *Congress of Local and Regional Authorities - Resolution 98 (2000) on historic towns in Europe.*

Mayer (2006), a partir dos anos 80 os movimentos sociais e grupos comunitários na América do Norte e na Europa Ocidental começam a fazer parte do planeamento da "cidade oficial" ao participar na resolução de conflitos e a intervir no mercado de trabalho assim como em áreas sociais. O poder local faz uso de suas capacidades, conhecimento e experiência ao integrá-los em programas municipais. Pretende-se que seja um modelo aberto na forma de captar a realidade, propenso a múltiplas soluções e dinâmicas adaptadas às especificidades dos diferentes contextos.

Quanto a processos de mudança sócio-espacial, estes territórios de exclusão social, são cada vez mais vistos pelo seu valor económico, especialmente no contexto da redescoberta das potencialidades da cidade do interior, como espaços de consumo, nomeadamente lazer e turismo, mas também para uma determinada população que quer viver no centro. Sob esta perspectiva, a cultura começa a ganhar um novo significado, não só como práticas sociais, mas como um elemento-chave para a apropriação e transformação do espaço. Os territórios são redefinidos pelos decisores locais em conjunto com as organizações sócio-culturais assim como empresários sendo as transformações legitimadas pelos meios de comunicação.

No final do século XX, as políticas urbanas são assim cada vez mais influenciadas pela competitividade entre as cidades, pela necessidade de inovação e mercantilização territorial. A preocupação em torno de territórios desfavorecidos passa a sublinhar não só as consequências socioeconómicas para a área metropolitana, mas também a enfatizar as oportunidades de revitalizar certas áreas⁴.

Territórios vistos como marginalizados e fisicamente degradados são reclassificados, a fim de definir uma nova identidade urbana. Como refere Baptista, temas da actualidade como as drogas, a pobreza, o banditismo, o racismo, alimentam a fragilização do espaço público e promovem um distanciamento da vida coletiva e um recuo para espaços

4 Ver Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD: 1998): Integrating distressed urban areas.

interiores. Estes territórios tornam-se lugares a serem entregues ao controle público e manterem-se afastados da maioria dos habitantes até serem convertidos para usufruto lúdico (2005). O que ontem era visto como um território estigmatizado transforma-se numa nova centralidade.

No século XXI, tendo em conta o conceito de paisagem histórica urbana (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [UNESCO], 2011), património constitui-se como um recurso fundamental na melhoria da habitabilidade das áreas urbanas, do desenvolvimento económico e de forma a fomentar a coesão social num contexto global em mudança (UNESCO, 2013).

O poder da cultura vai-se destacando cada vez mais, visto como um meio para a sustentabilidade e o desenvolvimento onde Estado e poder local repensam estratégias de crescimento e procuram identificar novas fontes de dinamismo. Neste sentido, as indústrias culturais e criativas são alguns dos sectores que crescem mais rapidamente no mundo, bem como o turismo cultural⁵. Em termos competitivos, a cultura torna-se cada vez mais num negócio das cidades (Zukin, 2010), uma estratégia global difundida e rapidamente adotada por atores locais, como forma de impulsionar a economia urbana (Miles & Paddison, 2005).

Em busca de soluções para os problemas locais vestígios do passado são recuperados enraizados na ideia de um património que deve ser preservado justificando o seu resgate. A venda de um imaginário é composto em grande parte pela apropriação e promoção de aspectos positivos de elementos locais. Práticas culturais e memórias são selecionadas, reinventadas e apropriadas tendo em conta o interesse em mercantilizar lugares.

Paralelamente a cidade surge, cada vez mais, como um conjunto de territórios polarizados como nos lembram Mayer (1991) e Sassen (1994). A riqueza económica está altamente concentrada, mas considera-se que o potencial de crescimento existe em todo o tipo de territórios. Nas cidades

5 Ver UNESCO (2013): *The Power of Culture for Development*.

prósperas o nível de qualificação é alto, mas ao mesmo tempo a inclusão social continua a ser uma prioridade-chave da dimensão urbana da política de coesão. A contradição no meio urbano persiste, considerando que os trabalhos estão concentrados nas cidades, mas muitos moradores da cidade não participam no mercado de trabalho (Rheinisch-Westfälisches Institut für Wirtschaftsforschung, 2010).

Comprime-se assim, ao nível da unidade territorial, uma preocupação em aglutinar a competitividade urbana e a coesão social, duas agendas aparentemente sobrepostas: a promoção de uma cidade na economia pós-industrial num contexto cada vez mais globalizado e simultaneamente desenvolver formas urbanas sustentáveis (Couch, Sykes & Börstinghaus, 2011).

As presentes perspectivas integradoras de compaginar a maximização económica do território por um lado e minimizar a privação social por outro não significa necessariamente resolver as tensões entre estes objectivos frequentemente incompatíveis (Couch, Sykes & Börstinghaus, 2011). Edwards (1995) salienta a preocupação na regeneração física e económica em detrimento da qualidade de vida das pessoas que vivem nestas zonas desfavorecidas. A mercantilização da cultura e perda de autenticidade (Zukin, 2010), a especulação imobiliária e processos de gentrificação (Smith, 2002 ; Zukin, 1982 ; 2010) e, conseqüentemente, o questionamento dos benefícios destas perspectivas empreendedoras para os antigos residentes são os principais problemas abordados.

Considerando até que ponto é possível ter regimes verdadeiramente inclusivos e promover o direito à cidade, Mayer (1994) e Harvey (1989, 1991) referem que o desafio das políticas e práticas de planeamento urbano consiste em tornar o período pós-fordista mais acessível a grupos marginalizados, a fim de evitar a polarização e na potencialidade para a transformação de um corporativismo urbano progressivo.

Reabilitação no Contexto da Cidade de Lisboa

Em Lisboa, os anos 80 foram marcados por uma queda no sector secundário na Região, um desenvolvimento de serviços de apoio às actividades económicas, principalmente no Concelho, e num aumento de comércio, alojamento e restauração na Área Metropolitana (Salgueiro, 2001). Na segunda metade dos anos 80, tendo em conta a terciarização na cidade de Lisboa, o processo de redireccionamento de edifícios para escritórios é intensificado e a construção para a habitação concentra-se na zona Oriental e Norte (CML, 2004). Este período marca uma forte queda na população de Lisboa, uma tendência que está relacionada com o desenvolvimento de suburbanização, causando um fenómeno de despovoamento na cidade interior.

A internacionalização do mercado imobiliário provoca uma forte especulação e cria novos produtos para segmentos diferentes (incluindo escritórios e condomínios). Além de muitas demolições e construções, a cidade começa, lentamente, a sofrer algumas obras de reabilitação. É um período de grandes transformações em que Portugal adere à então Comunidade Económica Europeia (1986). Como refere Salgueiro (2001), fluem apoios comunitários, adquirem-se novas necessidades e hábitos de consumo, compram-se casas (não só de primeira como de segunda habitação), florescem os empreendimentos e os primeiros grandes estabelecimentos comerciais (centros comerciais e hipermercados). A autora destaca ainda um aumento de rendimentos e habilitações literárias mas também de polarização de desigualdades. Cresce igualmente uma nova consciencialização relativamente a novas preocupações e motivações em torno de questões de cidadania, ecológicas e de qualidade de vida (Salgueiro).

Nesta fase surgem as iniciativas de reabilitação urbana dirigidas aos centros históricos degradados e que na cidade de Lisboa se iniciam com duas intervenções, em Alfama e Mouraria e a criação, em 1986, dos Gabinetes Técnicos Locais (GTL) instalados

nos próprios bairros, na sequência da criação, em 1985, do *Programa de Reabilitação Urbana* (PRU) pela Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo (SEHU) que visava apoiar técnica e financeiramente os municípios. Em 1988 é criado o *Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas* (PRAUD), dá-se a implementação do GTL do Bairro Alto e a extensão da reabilitação a outras zonas da cidade. Em 1992 procedeu-se a um novo alargamento de algumas das áreas de intervenção de cada gabinete.

Estes processos são fruto de uma representação simbólica interior e exterior aos bairros que considerava estes territórios, ao mesmo tempo merecedores e necessitados de preservação como refere Firmino da Costa (1999). O autor sublinha que em Alfama se intensificou com um processo social de insatisfação generalizada por parte da população face à situação de degradação em que o bairro se encontrava à qual se veio juntar população de fora com um manifesto a exigir preservação e qualidade de vida.

Nos últimos cinco anos do século XX, surge um novo ciclo de reabilitação urbana com destaque para a zona do Castelo, Baixa/Chiado e Bairro Alto ao mesmo tempo que predomina o desenvolvimento urbano na zona norte e oriental de Lisboa (CML, 2004).

Como vem referido na *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024*, entre 1990 a 2001, continua a haver um esforço no sentido da consolidação da intervenção na reabilitação das áreas históricas através de um aumento dos territórios a intervir, da implementação de mais Gabinetes Técnicos Locais e da disponibilização de mais meios humanos e financeiros. O número de técnicos passa de 70 para 300 e o investimento anual cresceu de 3 milhões de euros em 1989 para cerca de 37,2 milhões de euros em 2001. Como refere ainda o documento, aos Gabinetes Locais cabia gerir, do ponto de vista urbanístico, a área de intervenção, lançar e acompanhar as empreitadas municipais e coercivas, apreciar os processos de obras comparticipadas e prestar social aos moradores. As Juntas de Freguesia, através de Protocolos de Pequenas Reparações, tinham competência para dar resposta às solicitações mais urgentes através de meios financeiros (CML, 2010a).

A reabilitação urbana foi sendo uma preocupação prioritária de diferentes executivos municipais. Ao longo dos últimos 20 anos mais de 450 milhões de euros foram investidos, 74% entre 1990 e 2001 e 26% entre 2002 e 2010 (CML, 2010a). Não obstante este esforço, o fenómeno de perda populacional em Lisboa vai-se mantendo. Entre 1981 e 2011, a população da Área Metropolitana de Lisboa (sem o concelho de Lisboa) teve um aumento de 31% (538.577 habitantes), enquanto a população residente no concelho de Lisboa sofreu uma redução percentual de magnitude quase idêntica representando uma queda de 33% (262.269 habitantes). A uma queda abrupta registada na década de 80, o último censo aponta para uma estabilização ou, possivelmente, uma tendência de inversão deste fenómeno (queda de 3%).

Neste contexto, no âmbito da *Estratégia Europa 2020* e o novo programa comunitário, as propostas para Lisboa vão no sentido de atrair habitantes, nomeadamente contribuir para o rejuvenescimento da cidade e manter a população existente; vitalizar o tecido económico, ao promover a empregabilidade, o conhecimento e o empreendedorismo; reabilitar áreas urbanas degradadas e abandonadas e contemplar, neste processo, o património e o espaço público assim como o alargamento do conceito de centro histórico. Estas medidas levam em linha de conta todas as presentes receitas: promover a cidade inclusiva e sustentável assim como a cultura e a criatividade através de um modelo participativo sempre inovador, capaz de competir, gerar riqueza, emprego e confirmar a identidade de Lisboa num mundo globalizado (CML, 2012a).

Na *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024*, com base no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, considera-se ser da responsabilidade privada a reabilitação dos edifícios que deverá ser conjugada com a responsabilidade pública de qualificar o espaço público e modernizar as infra-estruturas e equipamentos. Prevê-se um trabalho integrado entre diferentes actores e um modelo aberto com mecanismos agilizados. Refere ainda o texto que o elevado estado de degradação do edificado “não é compaginável com uma cidade coesa, amigável, acolhedora e competitiva. Na promoção desta imagem

que se pretende vender, a escassez de meios financeiros obrigou, segundo o documento, a repensar a estratégia de reabilitação ou seja, a criar as condições, que o município considera serem facilitadoras para estimular os privados a intervir na reabilitação" (CML, 2010a).

De acordo com a Câmara Municipal de Lisboa, o tipo e o número de licenças revelaram uma mudança por parte de promotores privados, tendo em conta a crise estrutural no alojamento. Desde 2005, os pedidos de licenciamento têm vindo a sofrer uma quebra, com particular ênfase no licenciamento de construção nova, e desde o segundo semestre de 2010, os processos de licenciamento em áreas históricas (cerca de um quinto da cidade) têm registado um acréscimo sendo o número de processos semelhantes ao resto da cidade (CML, 2010a). A autarquia assume a incapacidade financeira e técnica para se substituir aos privados na reabilitação do património. No entender da CML é necessário olhar a reabilitação numa óptica de mercado, não esquecendo contudo a dimensão social do problema (CML, 2010a).

Os objectivos que norteiam o planeamento da cidade de Lisboa incluem, uma forte aposta na reabilitação urbana como se pode constatar nos diferentes documentos: *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*; *Carta Estratégica de Lisboa*; *Programa Local de Habitação*; *Quadro de Referência Estratégico Nacional*; *Plano Regional do Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa*; *Revisão do Plano de Director Municipal de Lisboa de 2012*. Não é feita contudo referência, nos documentos, como é que possível coadunar a gestão espacial do ponto de vista lucrativo com a garantia do consenso social. Os documentos apontam antes no sentido da posição de alguns teóricos de que, na prática, estas intervenções estão centradas numa perspectiva que pretende, antes de mais, mercantilizar o território (Punch, 2005 ; Smith, 2002).

A Intervenção na Mouraria

Como já foi referido, a intervenção nos bairros da cidade interior, assentou, numa primeira fase, numa preocupação em torno da identidade cultural local, na qualidade de vida dos residentes e num forte apoio em termos de financiamento por parte do Estado na reabilitação física dos territórios, tanto do espaço público como do edificado.

Presentemente, as intervenções envolvem, em maior ou menor grau, inúmeras identidades públicas e privadas, de modo a impulsionar o desenvolvimento socioeconómico dos bairros, torná-los esteticamente atraentes ao olhar do visitante, dinamizar o mercado de habitação e reinventar o espaço público.

Revitalizar o centro urbano tornou-se um termo global para responder à privação e declínio a que muitos territórios foram sujeitos vistos como partes impróprias da vida urbana e que exigem uma intervenção pública de forma a redefinir a imagem e assim contribuir para posicionar a cidade no panorama da competitividade global.

É neste contexto que entra a intervenção da Mouraria, nomeadamente o *Programa de Acção da Mouraria: as cidades dentro da cidade* (CML, 2010b) onde se procura enquadrar as directrizes internacionais, as estratégias definidas para a Área Metropolitana de Lisboa e mais especificamente, inserir o território numa abordagem de conjunto em relação ao restante centro histórico. A iniciativa, cujas obras tiveram início do último trimestre de 2011, obteve financiamento no âmbito do *Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional* (FEDER) através do *Quadro de Referência Estratégica Nacional* (QREN) e teve como objectivo intervir no espaço público, em infra-estruturas assim como apoiar algumas iniciativas de âmbito social e cultural. No âmbito de um programa de reabilitação (*Programa de Investimentos Prioritários em Acções de Reabilitação Urbana do Município* - PIPARU) foram ainda intervencionados 36 fogos em 6 edifícios.

Complementarmente foi implementado o *Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria* (PDCM), um consórcio composto por cerca de 44 parceiros, dirigido a partir do gabinete local (GABIP - Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária da Mouraria) e essencialmente movido pelo terceiro sector, com elementos das áreas das ciências sociais, de arquitectura e artísticas. As respostas a implementar incidem na promoção do fado, no âmbito do emprego e empreendedorismo (de acordo com o Censos de 2011, cerca de 17% da população estava desempregada quando no concelho de Lisboa a taxa de desemprego se encontrava nos 12%), na intervenção junto da população mais idosa (segundo o mesmo recenseamento, 23% da população tem mais 64 anos e o índice de envelhecimento é de 211%) e na intervenção junto de grupos especialmente vulneráveis (os dados apresentados no *Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria* com base em fontes das entidades parceiras, referem que em 2011 cerca de 180 mulheres exerciam prostituição na zona, 200 toxicodependentes eram contactados pela equipa de redução de riscos e 23 pessoas estavam identificados com estando numa situação de sem-abrigo (CML, 2012b).

A Mouraria faz igualmente parte dos territórios BIP/ZIP, um programa criado em 2011 pelo município de Lisboa e que tem como objectivo incentivar parcerias e pequenas intervenções locais considerando 67 Zonas de Intervenção Prioritária, que contribuam para o reforço da coesão sócio-territorial e ao qual se candidataram algumas associações. Destina-se a incentivar a participação da população na melhoria das suas condições de vida através da promoção de uma cidadania activa, contribuir para uma imagem positiva destes territórios e criar um ambiente propício ao empreendedorismo e de iniciativa local (<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1297367449H9pYN4dv1Mg00UU8.pdf>). Mais do que o envolvimento da população, constitui-se como uma forma de trazer financiamento para as diferentes actividades das várias associações. Algumas iniciativas contaram ainda com verbas do Orçamento Participativo onde os munícipes podem apresentar propostas para a cidade e votar nos projectos que considerem prioritários.

Paralelamente foram levadas a cabo inúmeras dinâmicas, sobretudo de índole cultural promovidas e patrocinadas tanto por iniciativa pública como privada. Num contexto de habitação degradada e com cerca de um quarto dos alojamentos vagos a Câmara Municipal de Lisboa tenta atrair investidores através de medidas como o *Open Day* que pretendeu mostrar o imobiliário disponível para venda ou arrendamento na zona assim como o *Programa Reabilita Primeiro Paga Depois* que consiste na venda de edifícios municipais devolutos na cidade, com obrigação de realização de obras de reabilitação permitindo adiar o pagamento.

Uma análise na imprensa nas últimas décadas sobre a Mouraria tendo em conta intervenções desencadeadas anteriormente reflectem estratégias que foram sendo consecutivamente substituídas pelos poderes autárquicos sucessivos. A preocupação em torno da recuperação do bairro torna-se frequentemente assunto nos jornais (Diário de Notícias, 1984). Relembrar a história do bairro, as suas tradições, destacar as carências socioeconómicas (por exemplo o facto de mais de metade das residências não terem casas de banho – O Diário, 1985) assim como os projectos de reabilitação delineados são os temas mais reportados nos anos 80. Na década seguinte as questões em torno da reabilitação continuam a ter um lugar de relevo na imprensa quando se fala deste território e em que se apresentam as propostas e medidas que vão estando em cima de mesa ao sabor das mudanças políticas.

O território surgia assim, para grande parte dos lisboetas, como um espaço vazio (Bauman, 2000), um território com um traçado labiríntico (o que aumenta o sentimento de insegurança) e declive acentuado que, não obstante a sua centralidade, não obriga nem convida à sua passagem (aquando dos actuais passeios turísticos, promovidos por uma associação, era frequente ouvir residentes da Área Metropolitana de Lisboa referirem que nunca tinham vindo à Mouraria).

A Mouraria, com cerca de 5800 habitantes, tem sido atravessada por constantes mudanças e por um cruzamento de narrativas distintas: condições socioeconómicas precárias, marginalidade,

imigrações provenientes de diferentes partes do mundo, a par da entrada de novos residentes, visitantes e empreendedores que, mais uma vez, imprimem novas identidades ao lugar. Esta coabitação suscita necessariamente contradições e tensões, ou seja, a questão é sobretudo intervenção para quem?

Esta zona foi sendo, antes de mais, porta de entrada para a população portuguesa e da Galiza que vieram trabalhar para a cidade de Lisboa. Nas últimas décadas tem-se vindo a assistir à permanência de imigrantes oriundos sobretudo da Ásia que vierem marcar uma nova realidade urbana: exploram comércio de revenda, mercearias de horário alargado, restaurantes e supermercados com gastronomia e produtos dos seus locais de origem. Um estudo de Fonseca *et al.* (2010) identificou 29 nacionalidades diferentes. No início do século XXI, alastram-se actividades ilícitas, nomeadamente tráfico e consumo de substâncias psicocactivas. Por fim, sobretudo nas margens, a área foi sendo marcada por situações de prostituição assim como população em situação de sem-abrigo.

A crescente mobilidade e as novas formas de desenvolvimento de actividades profissionais no período pós-fordista tem trazido novos habitantes, sobretudo *freelancers* e estudantes levando a um rejuvenescimento dos centros urbanos e a uma redefinição de dinâmicas sociais e culturais. São frequentemente críticos do processo ao mesmo tempo que contribuem para a transformação do território e daquilo que eles próprios criticam. "Há um lado de aldeia no meio da cidade" e "Enamorei-me por esta zona" são algumas razões apontadas por moradores recentes, inquiridos relativamente à opção em viver na Mouraria.

O território intervencionado estende-se para dois largos, com especial enfoque para o do Intendente Pina Manique que, a par da requalificação do espaço físico, está a ser alvo de grandes transformações em termos de dinâmicas sociais. Situado nas traseiras de uma das principais artérias da cidade, a avenida Almirante Reis, a zona estava associada a práticas marginais como consumo e tráfico de drogas, prostituição, bem como espaços nocturnos conotados com essas actividades.

Em frente à Mouraria fica situada a Praça do Martim Moniz para onde outrora se estendia o bairro, demolido ao longo dos anos 40 e 50, de forma a permitir uma rápida circulação automóvel e no contexto em que esta arquitectura vernacular era desprezada.

A Mouraria está conotada a uma "cultura popular urbana" (Costa, 1999), na qual se destacam manifestações como a produção e reprodução do fado, a procissão da Nossa Senhora da Saúde, uma das mais importantes e antigas da cidade de Lisboa, e as festividades do Santo António, altura em que diferentes zonas da cidade, num ambiente de forte espírito bairrista, participam num desfile em que concorrem com temas alusivos aos seus territórios e realizam arraiais nas ruas e colectividades.

Enquanto zona identificada como tendo necessidade de ser intervencionada, através de um trabalho em parceria, tenta-se desenvolver o bairro economicamente, redefinir o espaço público e promover os aspectos valorativos de identidades locais com vista à atrair novos habitantes, visitantes e investidores. Para difundir a evolução de uma nova realidade social e espacial do território projecta-se assim uma imagem, contanto com a comunicação social para uma divulgação efetiva de narrativas acerca da Mouraria como espaço urbano que está a renascer.

Na mercantilização da cultura procura-se criar o ambiente adequado tendo em conta o capital simbólico e cultural e que vá ao encontro do estilo de vida e gosto dos consumidores (Featherstone, 1991; Zukin, 1998). Miles & Miles destacam a importância do consumo como um dos principais meios de promoção da identidade da cidade e, para além disso, um factor-chave para determinar os significados com os quais os consumidores vivenciam o espaço urbano. A cidade deve proporcionar uma experiência emocional e nesse sentido, como é referido pelos teóricos, os interventores investem no valor simbólico de consumo não só de bens ou serviços, mas através de uma visão mitificada da cidade dos nossos sonhos (2004).

Ashworth e Tunbridge (2004) salientam, na promoção do património, a importância de enaltecer o orgulho local considerado

como importante em si mesmo, mas também como um requisito para o sucesso da comercialização externa. Neste contexto realça-se a promoção do fado que passou pela criação de uma escola da responsabilidade de uma colectividade com tradição no fado, a colocação de um busto em memória a um fadista do bairro assim como retratos de 26 fadistas ligados à Mouraria expostos nas fachadas de prédios nas ruas do bairro e cujas inaugurações foram muito concorridas pela população portuguesa local.

Os territórios com uma população marcadamente imigrante são igualmente cada vez mais atraentes para fins lúdico-turísticos como é realçado por diferentes autores (Hoffman 2003; Hoffman, Fainstein & Judd, 2003; Shaw, Bagwell & Karmowska, 2004).

Como parte do processo de revitalização, a imagem de um território multi-cultural foi espacialmente espelhada na Praça Martim Moniz uma área aberta que liga a avenida do centro da cidade: "Todos os dias das 10h00 às 22h00 (aos fins-de-semana até às 24h00) é possível viajar de Portugal até África, Brasil, Peru, China ou Japão. Para a descolagem, basta escolher a seu gosto e levar o garfo à boca" (<http://www.ionline.pt/artigos/boa-vida/comida-ha-mundo-dentro-martim-moniz>). Esta área foi reinventada e estetizada para fins de consumo, com muita animação e esplanadas que servem comida de diferentes continentes.

Segundo o responsável da empresa, "O objectivo é revitalizar aquela zona, encaixando com o que já existe na zona envolvente. Queremos trazer sangue novo à praça." (http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2598213&seccao=Sul). O espaço é parcialmente privatizado e a segurança é assegurada através de videovigilância. Neste processo importa envolver as pessoas certas: "Ao largo [o empresário] trouxe os amigos e conhecidos da gastronomia internacional feita em território luso." (<http://www.ionline.pt/artigos/boa-vida/comida-ha-mundo-dentro-martim-moniz>).

Essas transformações espaciais são mesmo vistas como um compromisso social que vai ao encontro das necessidades dos consumidores no sentido em que oferece à

cidade um lugar revigorado e, supostamente, cria oportunidades para os moradores locais. O responsável refere que "Na altura apeteceu-me um projecto mais humanitário. Ainda pensei ir um ano para África, mas depois vi esse potencial no Martim Moniz, um largo fantástico abandonado no centro de Lisboa, e quis fazer algo por isto." Não perdeu tempo a apresentar à autarquia um plano para aproveitar dez dos quiosques que já existiam na praça e criar o Mercado de Fusão com barraquinhas de comida do mundo [Refere que] a tendência dos grandes centros urbanos é dinamizar sítios *trashy*, criando oportunidades para os que cá vivem e os que chegam". (<http://www.noticiasmagazine.pt/2014/dar-musica-ao-pessoal/?print=1>).

Vários festivais têm ocorrido na pretensão de promover a multi-culturalidade existente como "Há Mundos na Mouraria", com diversas ofertas artísticas, culturais e gastronómicas, o evento dedicado às "Cozinhas do Mundo" ou "Lisboa Mistura" que inclui uma série de iniciativas que servem para explorar as várias dimensões culturais da Área Metropolitana de Lisboa. "Falamos de música, de dança, de comida e de outras expressões artísticas que nos levam a viajar noutras cidades dentro da cidade de Lisboa." (<https://www.facebook.com/MercadoFusao/photos/a.476217895724958.127849.472366719443409/894972043849539/?type=1&theater>).

A reconstrução física e simbólica assim como o surgimento de novas actividades e espaços leva a considerar que "não é a Mouraria que era, é outra coisa e não é para os daqui pois esses não vão para os novos espaços", refere uma técnica da área social entrevistada que trabalha há muitos anos na Mouraria.

Tendo em conta os programas que estão a ser levados a cabo, os interventores directos são constituídos por associações financiadas para implementar diferentes projectos de índole social e cultural. Estas intervenções de desenvolvimento territorial pressupõem, actualmente, que após um apoio público inicial, exista capacidade das respostas locais prosseguirem com as diferentes actividades o que implica a necessidade de estar constantemente à procura de novas formas financiamento.

As medidas passam pela implementação de actividades lucrativas e a candidatura a programas que, presentemente, também pretendem ser apenas catalisadores de um processo ou seja, que as instituições depois tenham capacidade financeira de prosseguir os seus objectivos. Para além disso, assentam comumente em períodos de intervenção relativamente curtos, geralmente anuais e que dificilmente dão respostas a problemas que necessitariam de um trabalho continuado e aprofundado.

Em termos de envolvimento é indiscutível que ganha mais força a participação do terceiro sector que se senta à mesa na construção, tomada de decisão e implementação do processo, está perto do poder local e acaba por ganhar um crescente peso no planeamento territorial. Verifica-se que se impõem associações ligadas às indústrias criativas e empreendedores sociais de quem se espera que tragam ideias inovadoras. Têm uma boa rede de contactos dentro e fora do território, vão constituindo relações com residentes e comerciantes locais, com as colectividades e com a autarquia e possuem *know how* técnico para se candidatarem a fontes de financiamento.

A melhoria das redes entre as diferentes instituições e um maior contacto entre as mesmas, o que contribui para a agilização de procedimentos e a maximização de recursos, foram aspectos positivos apontados pelas instituições e organizações contactadas no âmbito destas intervenções.

Com a conclusão dos programas no final de 2014 e tendo em conta que a zona do Largo do Intendente pertence a uma freguesia diferente, os intervenientes, associações e empreendedores, têm vindo a desprender esta área e a promovê-la como bairro ("Bairro do Intendente") com uma dinâmica própria. Foi criado um colectivo envolvendo espaços comerciais e projectos culturais recentes e antigos, em torno do Largo e das duas ruas laterais sendo a intenção promover toda a multiplicidade existente.

A população local residente há mais tempo no território e com menos qualificações mantém-se muito à margem destes processos enquanto participação efectiva o que constitui um dos maiores desafios no âmbito

das intervenções territoriais. "As pessoas do bairro não estão envolvidas em nada como os da classe média estão", diz um morador recente entrevistado. Não são, no entanto, apenas espectadores passivos na medida em que tomam posições como é o caso dos carros que voltaram a estar estacionados no interior da Mouraria depois da sua proibição, nomeadamente num lugar onde foram colocados bancos e que obrigou a repensar a questão do estacionamento e a auscultar a população da zona. Vão mandando recados e fazendo queixas aos técnicos que conhecem devido à proximidade do Gabinete, a outros técnicos da CML e aos próprios Presidentes da Câmara e da Junta de Freguesia.

Considerações Finais

As cidades são constituídas por um conjunto de territórios hierarquizados e ocupados a partir de representações simbólicas tendo em conta as dinâmicas sociais presentes. Ao analisar as transformações socio-espaciais, importa ter em conta, no contexto da globalização, as repercussões socioeconómicas locais e as consequentes medidas consideradas nas políticas urbanas. Assim, na Europa ocidental, após um período de suburbanização massiva e decadência de algumas zonas da cidade a par de problemas estruturais económicos e urbanos ao nível do mercado de trabalho, dos custos energéticos e das finanças públicas, no âmbito da promoção da cidade no panorama internacional, o poder local tem vindo a reinventar e capitalizar as suas paisagens, nomeadamente alguns dos bairros antigos da cidade interior cujo contexto socioeconómico e de degradação física contribuía para que fossem considerados territórios de exclusão. Neste contexto, as políticas urbanas nestas zonas apresentam-se como distintas na medida em que a revitalização física e económica se constituem como objectivos finais. As presentes abordagens incidem sobre territórios enquanto bens valorativos, onde se exploram novas potencialidades e se criam novos espaços de lazer, de produção e de habitação tendo por base políticas culturais que elevem esteticamente a paisagem e redefinem uma identidade simbólica.

As medidas prevêem que, depois de um impulso inicial, a estabilização económica e social se desenvolva com base na iniciativa privada e com um efeito multiplicador. Nestas políticas integradas e que se dizem de desenvolvimento e participação comunitária importa indagar, que interesses prevalecem e que actores participam?

Face às actuais tendências no âmbito das políticas urbanas, a Mouraria, enquanto estudo de caso, torna-se particularmente interessante na medida em que permite constatar não apenas a permanência de formas de vida colectiva e associativa tradicionais como também outras formas vinculadas a novas realidades. Face a múltiplas especificidades culturais e económicas, discursos locais e globais assim como a presente crise com consequências ao nível da estrutura económica actual e das dinâmicas sociais, irrompe um conjunto de contradições, sobreposições, conflitos, oportunidades e resistências.

Na sequência de novas presenças, identificam-se assim, configurações sociais e estilos de vida que não só se transformam mas também que permanecem, situação que tem marcado o território ao longo dos tempos. Olhando para o Largo é indiscutível que a reabilitação do espaço físico constitui o aspecto mais visível assim como a abertura para o exterior e que... *agora está mais disfarçado com gente de fora, mas os problemas são os mesmos*, afirma um antigo residente da zona que foi entrevistado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ashworth Gregory J., Tunbridge John E., 2004, «Whose tourist-historic city? Localizing the global and globalizing the local», in Lew A. A., Hall C. M. & Williams A. M. (Eds.), *Companion to Tourism*, Malden, Oxford and Victoria, Blackwell Publishing, p. 210-222.
- Baptista Luís Vicente, 2005, «Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): ensaiando um ponto de partida», *Fórum Sociológico* 13/14 (2), p. 47-58.

- Bauman Zygmunt, 2000, *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Beck Ulrich, 1992, *Risk Society: Towards a New Modernity*, London, Sage.
- Bianchini Franco, 1993, *Urban Cultural Policy in Britain and Europe: Towards Cultural Planning*, Australia, Institute for Cultural Policy Studies.
- Brundtland Commission (World Commission on Environment and Development), 1987, *Our Common Future*. Oxford/New York, Oxford University Press.
- Câmara Municipal de Lisboa, 2012a, Novembro, *Lx-Europa 2020 - Lisboa no Quadro do Próximo Período de Programação Comunitário*. Retirado de http://www.fc.ul.pt/sites/default/files/fcul/investigacao/LX_EUROPA_2020.pdf.
- Câmara Municipal de Lisboa, 2012b, Abril 19, *Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria*. Retirado de <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/pdcm.html>.
- Câmara Municipal de Lisboa, 2010a, *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024*, Lisboa, Autor.
- Câmara Municipal de Lisboa, 2010b, Junho, *Programa de Acção QREN da Mouraria*. Retirado de <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/linhas-gerais-do-programa-de-accao/descricao.html>.
- Câmara Municipal de Lisboa, 2009, 29 de Março, *Programa Local de Habitação de Lisboa. Relatório da 3ª fase: Concretizar*. Lisboa: Autor. Retirado de <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1334085131X6jRR2xj3Tg43HG4.pdf>.
- Câmara Municipal de Lisboa, 2007, *Carta Estratégica de Lisboa 2010-2020*. Lisboa: Autor. Retirado de <http://cartaestrategica.cm-lisboa.pt>.
- Câmara Municipal de Lisboa, 2004, *Diagnóstico Sócio-urbanístico da cidade de Lisboa: uma Perspectiva Censitária 2001*, Lisboa, Autor.
- Castells Manuel, 2002, *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Champion Anthony, 2001, «A changing demographic regime and evolving

- polycentric urban regions: consequences for the size, composition and distribution of city populations», *Urban Studies*, 38 (4), p. 657-677. DOI: 10.1080/00420980120035277.
- Couch Chris, Sykes Oliver, Börstinghaus Wolfgang, 2011, «Thirty years of urban regeneration in Britain, Germany and France: The importance of context and path dependency», *Progress in Planning*, 75 (1), p. 1-52. <http://dx.doi.org/10.1016/j.progress.2010.12.001>.
- Comissão da Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, 2002, Abril, *Plano Regional do Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa PROT-AML*. Lisboa: Autor.
- Comissão Europeia, 1998, *Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia: um Quadro de Acção*: Autor. Retirado de http://ec.europa.eu/environment/urban/pdf/framework_pt.pdf.
- Council of Europe, 2000, *Resolution 98 (2000) of the Congress of Local and Regional Authorities of Europe on historic towns in Europe*. Strasbourg: Author. Retirado de <https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=837661&Site=COE>.
- Costa António Firmino da, 1999, *Sociedade de Bairro - Dinâmicas Sociais de Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Council of Europe, 1981, *18 of the Committee of Ministers to member states concerning participation at municipal level*. Strasbourg: Autor.
- Diário de Notícias, 1984, Setembro 2, «Mouraria em estado de coma».
- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2007, Janeiro, *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)*, Lisboa, Autor.
- Edwards John, 1995, «Social policy and the city: a review of recent policy developments and literature», *Urban Studies*, 32 (4-5), p. 695-712. DOI: 10.1080/0042098950012843
- European Commission (2000). *Inforegio: The results of the Urban Audit are published*. Retirado de http://ec.europa.eu/regional_policy/archive/urban2/urban/pdf/aude_en.pdf.
- Featherstone Mike, 1991, *Consumer, Culture and Postmodernism*, London, Sage.
- Fonseca Maria Lucinda, McGarrigle Jennifer, Esteves Alina, Sampaio Dora, Carvalho Rui, Malheiros Jorge, Moreno Luis, 2010, *Geitonies City Survey Report: Lisbon Executive Summary*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa (Polic.). Retirado de <http://Geitonies.FI.UI.Pt/Publication/GEITONIES%20Executive%20Summary%20Lisbon.Pdf>.
- Güntner Simon, Walther Uwe-Jens, 2013, «Aufstieg und Fall der sozialen Stadtpolitik in Europa – das Ende einer Ära?» in Kronauer M. & Siebel W. (Hrsg.), *Polarisierte Städte – Soziale Ungleichheit als Herausforderung für die Stadtpolitik*, Frankfurt/M, Campus, p. 287-308.
- Hall Tim, Phil Hubbard, 1996, «The Entrepreneurial City: New Urban Politics, New Urban Geographies?», *Progress in Human Geography* 20 (2), p. 153-174, DOI: 10.1177/030913259602000201.
- Harvey David, 1991, *Social Justice, Postmodernism and the city*. Retirado de <https://ulkeuysal.files.wordpress.com/2012/04/social-justice-postmodernism-and-the-city-david-harvey.pdf>
- Harvey David, 1989, «From managerialism to entrepreneurialism: the transformation of governance in late capitalism», *Geografiska Annaler*, 71, p. 3-17.
- Hoffman Lily M., 2003, «The marketing of diversity in the inner city: tourism and regulation in Harlem», *International Journal of Urban and Regional Research*, 27(2), p. 286–99, DOI: 10.1111/1468-2427.00448.
- Hoffman Lily M., Fainstein Susan S. & Judd, Dennis R. (eds), 2003, «Introduction», in *Cities and Visitors: regulating people, markets, and city space*, Oxford, Blackwell, p. 1-20.
- Jessop Bob, 2000, «Globalisation, Entrepreneurial Cities and the Social Economy», in Hamel P.; M. Lustiger-Thaler M. and Mayer M. (Eds), *Urban Movements in a Global Environment*, London, Routledge, p. 81-100.
- Jewson Nick, MacGregor Susanne 1997, *Transforming Cities: Contested Governance and New Spatial Divisions*. London and New York: Routledge.

- Kazepov Yuri, 2005, «Cities of Europe: Changing Contexts, Local Arrangement and the Challenge to Urban Cohesion». in Kazepov, Y. (Editor). *Cities of Europe*, Oxford: Blackwell, p. 3-42.
- Kearns Ade, Paddison Ronan, 2000, «New Challenges for Urban Governance», *Urban Studies*, 37 (5-6), p. 845-850, DOI: 10.1080/00420980050011118.
- Mayer Margit, 2007, «Contesting Neoliberalization of Urban Governance», in Leitner H., Peck J., Sheppard E. S. (Eds), *Contesting Neoliberalism: Urban Frontiers*, New York: Guilford Press, p. 110-132.
- Mayer Margit, 2006, «Urban Social Movements in an Era of Globalization», in Brenner N., Keil R. (Eds), *The Global Cities Reader*, New York, Routledge, p. 296-303.
- Mayer Margit, 1994, «Post-Fordist City Politics», in Amin A. (Ed), *Post-Fordism – A Reader*, Cambridge, Blackwell, p. 316-337.
- Mayer Margit, 1991, «Neue Trends in der Stadtpolitik – eine Herausforderung für die lokale Politikforschung», in Blanke B. (Hrsg.), *PVS-Sonderheft: Stadt und Staat*, Opladen, Westdeutscher Verlag, p. 51-71.
- Menezes Marlucci, 2004, *Mouraria, Retalhos de um Imaginário*, Oeiras, Celta Editora.
- Miles Steven & Miles Malcon, 2004, *Consuming Cities*, Hampshire and New York, Palgrave Macmillan.
- Miles Steven, Ronan Paddison, 2005, «Introduction: the rise and rise of culture-led urban regeneration», *Urban Studies*, 42 (5-6), p. 833-839. DOI: 10.1080/00420980500107508.
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (Setembro, 2007). *Quadro de referência estratégico nacional - Portugal 2007-2013*, Lisboa, Autor.
- Moura Dulce, Guerra Isabel, Seixas João, Freitas Maria João, 2006, «A Revitalização Urbana. Contributos para a Definição de um Conceito Operativo», *Cidades, Comunidades e Territórios*, 12-13, p. 15-34.
- O Diário, 1985, Fevereiro 21, *Mouraria - a ruína das pedras contra a memória dos homens*.
- Organization for Economic Co-Operation and Development, 1998, *Integrating distressed urban areas*, Paris: Author, DOI: 10.1787/9789264162884-en.
- Peck Jamie, Tickel Adam, 2002, «Neoliberalizing Space», *Antipode*, 34 (3), p. 380-404, DOI: 10.1111/1467-8330.00247.
- Portas Nuno, Domingues Álvaro, Cabral João, 2003, *Políticas Urbanas – tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Punch Michael, 2005, «Problem drug use and the political economy of urban restructuring: heroin, class and governance in Dublin», *Antipode*, 37 (4), p. 754-774, DOI: 10.1111/j.0066-4812.2005.00524.x.
- Revisão do Plano Director Municipal de Lisboa: Aviso n.º 11622/2012. *Diário da República*, 2.ª série, nº 168, de 30/08/2012.
- Rheinisch-Westfälisches Institut für Wirtschaftsforschung, 2010, *Second State of European Cities Report*, Essen, RWI. Retirado de http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/urban/stateofcities_2010.pdf.
- Salgueiro Teresa Barata, 2001, *Lisboa, Periferia e Centralidades*, Oeiras, Celta Editora.
- Sassen Saskia, 1994, *Cities in a world economy* (Third Edition), Thousand Oaks, CA, Pine Forge Press.
- Shaw Stephen, Bagwell Susan, Karmowska, Joanna, 2004, «Ethnoscapes as spectacle: reimagining multicultural districts as new destinations for leisure and tourism consumption», *Urban Studies*, 41(10), p. 1983-2000, DOI: 10.1080/0042098042000256341.
- Short John R., Kim Yeong-Hyun, 1999, *Globalization and the City*, London, Longmann.
- Smith Neil, 2002, «New Globalism, New Urbanism: Gentrification as Global Urban Strategy», *Antipode*, 34 (3), p. 427-450. DOI: 10.1111/1467-8330.00249
- UNESCO, 2013, *The Power of Culture for Development*. Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001893/189382e.pdf>

- UNESCO, 2011, *Recommendation on the Historic Urban Landscape, including a glossary of definitions*. Retirado de http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=48857&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html
- Zukin Sharon, 2010, *The Naked City*, New York, Oxford University Press.
- Zukin Sharon, 1998, «Urban lifestyles: diversity and standardization in spaces of consumption», *Urban Studies*, 35 (5-6), p. 825-839. DOI: 10.1080/0042098984574.
- Zukin Sharon, 1995, *The Cultures of Cities*, Cambridge, Blackwell.
- Zukin Sharon, 1982, *Loft Living, Culture and Capital in Urban Change*, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press.